



COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE

Resolução CNMP nº 145, de 14/06/2016
Emenda Regimental nº 20, de 25/02/2019

ATA DE REUNIÃO

Data: 06/03/2020, às 15:00 horas

Local: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - Bloco A - Sala 902 - Coordenação de Gestão Socioambiental - COGESA

PARTICIPANTES:

CNMP: **Tarcila Santos Britto Gomes e Vanessa Goulart Barbosa**, membras auxiliares da Comissão do Meio Ambiente (CMA) e **Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti**, servidora da CMA.

Núcleo Socioambiental do TST: **Adriana Moreira Tostes Ribeiro**, Coordenadora de Gestão Socioambiental do TJDFT.

No dia 06 de março de 2020, às 15 horas, foi realizada reunião com os participantes acima relacionados, conforme lista de presença em anexo, com o objetivo de promover o diálogo e conhecer as práticas exitosas no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, como subsídios para a concepção e implementação da política de sustentabilidade para o Ministério Público brasileiro.

Aberta a reunião, a **Coordenadora de Gestão Socioambiental do TJDFT** fez uma breve contextualização da importância da capacidade de atuação do Estado e sua influência sobre o mercado e o consequente empoderamento da sociedade, ao estabelecer políticas e práticas sustentáveis. Entende que há um retorno ambiental “gigantesco” nessas práticas. Exemplificou citando o selo PROCEL, que indica quais produtos apresentam os melhores níveis de eficiência energética dentro de cada categoria, resultando em economia na conta de energia elétrica e a redução da frota de veículos oficiais no poder executivo, com a contratação do TAXIGOV.

Defendeu que os órgãos da administração pública, ao adotarem o princípio da preservação ambiental, em suas aquisições e contratações, influenciam de forma positiva o mercado. Não se trata apenas de adquirir pelo menor preço, mas, agregar à economia os critérios de qualidade e de inovação. Citou a experiência do TJDFT, que conseguiu reduzir o consumo e o gasto com impressões e equipamentos de impressão, de 8.500 impressoras e cartuchos para 4.000 impressoras, com a contratação de impressoras “terceirizadas”.

Sobre a relevância de instituir uma unidade socioambiental permanente, exclusiva para conduzir a política de sustentabilidade do órgão/instituição, afirmou que não são meras medidas



organizacionais, mas, ações que produzem impacto sobre toda a sociedade.

Informou que a unidade socioambiental do TJDFT vem promovendo essa mudança na cultura institucional, promovendo a responsabilidade social sem a produção de resíduo, ao instituir um novo modelo de coleta nas unidades, que não está presente em todos os Tribunais. A equipe precisou demonstrar, de sala em sala, como melhorar a coleta seletiva, esclarecendo que o resíduo reciclável é transportado seco para a usina e ainda fornece emprego para os catadores.

Explicou que o Plano de Logística Sustentável do TJDFT foi implantado em 2015, tendo como paradigma, naquela ocasião, o modelo do poder executivo federal, desenvolvido pelo (então) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma proposta mais enxuta, com poucos indicadores de sustentabilidade.

Acrescentou que, com a implantação do sistema “Esplanada Sustentável”¹, os órgãos tiveram que modificar seus padrões de consumo e compras.

Um grupo de trabalho criado para tal mister consolidou a proposta e encaminhou ao CNJ. Ressaltou que, junto com a minuta proposta para o Comitê do CNJ, foi feito um “*lobby gigantesco*”. Acrescentou que entre 2015 e 2016 foram realizadas oficinas e capacitações.

Afirmou que, o TJDFT se destacou além da unidade socioambiental porque adotou a ferramenta de *Business Intelligence* (BI). A vantagem do BI, segundo a Coordenadora, é “*criar os braços para ter os dados*”. Ilustrou que se trata de um robô, “*com portinhas abertas para vários sistemas eletrônicos*” (planilhas excel, sistemas diversos, com o de almoxarifado, etc.).

Acredita que o TJ tem avançado em contratações, em tecnologia, em recursos humanos e em outras áreas como decorrência da adoção do BI como ferramenta de gestão e que os dados retiram a subjetividade das questões administrativas, estabelecendo as prioridades. O PLS demonstrou que os custos eram absurdos e forneceu subsídios para as tomadas de decisão e redução de custos. Concluiu afirmando que o PLS e corte orçamentário promovido pelo Governo fizeram com que se olhasse melhor para os números.

Noticiou que o STJ está desenvolvendo um modelo único de PLS, para ser replicado em todos os Tribunais e que o judiciário hoje é o único dos poderes que tem o relatório da produtividade, do desempenho, do custeio e de sustentabilidade ambiental. Entre 2016 e 2018, houve uma economia de 15 para 13 milhões de reais.

As membras da CMA informaram que estão tentando alternativas para instituir a política

¹ O SisPES é direcionado ao monitoramento do consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto na Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 (Disponível em <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sispes>, acesso em 10/03/2020).



de sustentabilidade do Ministério Público, e que está tentando organizar o núcleo socioambiental do CNMP, para que a iniciativa seja replicada para todo MP brasileiro. Acrescentaram existe uma proposição (Resolução) que trata da matéria, a qual foi rejeitada pelo Plenário do CNMP e que a alternativa encontrada poderá ser a elaboração de uma Nota Técnica, dirigida aos MPs brasileiros, mesmo sem o poder coercitivo e que pretende, nesse momento, dar um maior apoio à Comissão de Gestão Ambiental Sustentável do CNMP.

A **Coordenadora de Gestão Socioambiental do TJDFT** orientou que a unidade deve integrar o planejamento estratégico da organização e que a nomenclatura deve incorporar os três eixos. Deve ser uma unidade conectada ao planejamento estratégico ou à alta administração da organização. Além disso, deve ser criado também um modelo de competências. Afirmou que, hoje o PLS do judiciário não funciona porque não há lideranças, não servidores com perfis de gestores nos cargos.

Informou que segundo dados do CNJ, hoje tramitam 80 milhões de processos judiciais no Brasil. O TJDFT está implantando os laboratórios de inovação e a tendência é de enxugamento das estruturas. Estão trabalhando em um cenário de redução de recursos (inclusive de recursos humanos). O BI e o PLS servirão como fundamento para as tomadas de decisões administrativas quanto aos cortes de gastos, para que não ocorram de forma linear. Uma das medidas adotadas é o compartilhamento de veículos, que já vem sendo adotado pelos juízes, mas, ainda há veículos oficiais disponíveis para os desembargadores. Sugeriram que, excepcionadas as situações em que o titular sofre ameaças, a frota poderá ser reduzida para 10 carros, que atenderão os magistrados com a otimização dos horários.

Reforçou que o modelo atual não se justifica para uma sociedade carente de recursos. Os órgãos deveriam trabalhar em rede, com inteligência do negócio, com o uso, para tanto, da inteligência artificial, que deve ser colocada a serviço da sociedade. Há uma tendência de que o judiciário e o ministério público atuem criando políticas públicas, que é uma função precípua do executivo.

Informou que, a unidade de gestão socioambiental do TJDFT tem quatro pessoas. Em que em um mês passar a ser denominada governança, riscos e sustentabilidade, e que, com a mudança a unidade terá maior poder de atuação. Trata-se de uma estratégia do tribunal, em uma tendência de “*trabalhar em times*” nos projetos para os próximos anos. Os servidores das unidades socioambientais devem ter o perfil de gestor administrativo (de administrador estratégico), com conhecimentos e capacidades em gestão administrativa, gestão de projetos e análise de dados.

Prosseguiu informando que, no TJDFT, a questão do perfil ainda é um gargalo. Que há



reuniões do Comitê Gestor para tratar do PLS duas vezes por ano, presididas pelo Diretor-Geral da Casa, ocasiões em que são definidas as diretrizes a serem seguidas por todas as unidades. Após, as equipes de gestão estratégica e de gestão socioambiental fazem reuniões com os “executivos”, que são os chefes das unidades meio, para definir um plano de ação. São apenas duas reuniões, mas, possuem caráter decisório.

Todas as reuniões são registradas em atas, fichas e outros suportes, para elaboração da série histórica, e as informações são consolidadas em um relatório contendo metas e iniciativas. Depois disso, o conselho gestor se reúne e o diretor-geral, com base nas informações do relatório, prioriza os processos (devolutiva). Essa iniciativa, gera um sentimento de construção coletiva, de pertencimento e de engajamento.

A Coordenação de Gestão Socioambiental, por meio de um “benchmarking”², dimensiona os desempenhos e realiza reuniões com as unidades para apoiar os trabalhos e fornecer as necessárias orientações.

Acrescentou que vem sendo profícuos os frutos oriundos dos debates com os executivos, ações como o endereçamento das partes, o “materiômetro” e o “impressômetro”, que são ferramentas de controle e de apoio à gestão. Defende que o ideal nos procedimentos de intimação.

Relatório (análise sobre o desempenho da meta). Sabe onde focar a ação. Tem o link, com o andamento da ação. Possuem uma matriz a partir do excel. Recebem dados em excel, em processo administrativo ou em sistema.

Também analisam os critérios de sustentabilidade nos contratos. Estão fazendo um banco de dados desses critérios, com todo o respeito aos normativos. O estudo técnico preliminar de contratação tem os campos, mas, usam o mínimo. Se o estado seguir todas as regras, o mercado vê que também deve seguir.

Hidrômetro digital – detecta se tem o consumo implantou em 29 prédios dos 31. Implantaram um piloto. Economia de 25% de economia. Ou redução do desperdício em 25%.

Painel de água (leitura a partir de uma planilha de excel), vê o desempenho de vários prédios. A ferramenta é mais importante para o gestor da área do que para a unidade socioambiental.

Painel de bens de consumo – pje : aumentou no primeiro ano por causa da insegurança (muitas impressões).

PAINEL, METODOLOGIA, CAPACITAÇÃO E PERFIL.

pAINEL (BI) não precisa onerar a tecnologia. É uma ferramenta de prateleira. Se adquire.

² é um processo de comparação de produtos, serviços e práticas empresariais, e é um importante instrumento de gestão das empresas (<https://www.significados.com.br/benchmarking/>).



PLS alterou o modelo de consumo, o modelo de transporte, o modelo de gráfica (atua como centro de digitalização). Tudo o que o tribunal não usa mais, primeiro tenta leilão.

GESTÃO PARTICIPATIVA.

O convite para as reuniões é feito pelo secretário geral; há um calendário autorizado.

Auditoria interna do PLS – é feita pelo setor de auditoria interna do Tribunal.

Perfil exige conhecimento de gestão administrativa.

PLS do TJDFT disponível

PLS tem um índice de execução anual (e vai para o plano estratégico) – meta de 92,58%.

Coleta seletiva, capacitação, contratos. Portaria 53 PLS está no planejamento estratégico, é um dos indicadores.

A resolução tem um anexo com todas as metas do pls, acompanhado do relatório das práticas.

Tjdf.t.jus.br – link transparência – pls desde 2015, todas as edições. O plano é o primeiro link. Entra no eixo sustentabilidade ambiental, no plano estratégico do TJDFT.

Metas, são definidas anualmente? Sim. Porque o cenário muda. O importante da metodologia é o plano anual de contratações, que dessa metodologia foi utilizada para fazer governança de contratações. Essa metodologia começou em 2015.

Inteligência de dados.

Contato promotor do paraná

Portarias

Evento de Tocantins

CNJ – grupo de governança de contratações de todo o judiciário.

Falta governança, a administração pública trabalho em ilhas. Tem que criar geral. A governança no mundo fez as empresas avançarem. E tem que ter o monitoramento. Tem que ter indicador de desempenho. Não precisaria de lei. O canal é a governa. A sustentabilidade compõe o comitê de gestão institucional.

Meta socioambiental no plano de avaliação de competências. Criou uma meta geral de sustentabilidade. Se o tribunal reduz, alcança a meta, todos ganham um ponto na avaliação de competências.

EAD curso online de sustentabilidade para os gestores de contrato, aberto para todos os servidores com foco para os gestores de contrato.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ENCAMINHAMENTOS À CMA:

A reunião foi encerrada às xx horas.

Vanessa Goulart Barbosa
Membra Auxiliar da CMA-CNMP